

Jornal de Angola:

Privatizações vão ter assessoria portuguesa

9 de março, 2019

O Instituto de Gestão de Ativos e Participações do Estado (IGAPE) vai ser assessorado tecnicamente pela Parpública (uma empresa de capitais públicos portugueses, que atua na esfera do sector empresarial público daquele país) na preparação dos dossiês para o processo de privatizações em Angola, cujo início depende apenas da publicação da nova lei.



Fotografia: MARIA AUGUSTA

O Governo angolano indicou, em maio de 2018, que pretende privatizar 74 empresas públicas a médio prazo, sobretudo do sector industrial.

O acordo foi assinado, na quinta-feira, pelas duas partes em Benguela, antes da sessão de encerramento do Fórum Económico Angola/Portugal, parte do programa da visita do Presidente português, Marcelo Rebelo de Sousa.

Em declarações à agência Lusa, o presidente do Conselho de Administração do IGAPE, Valter Barros, salientou a “experiência” da Parpública na gestão de processos de privatizações, numa altura em que Angola vai dar início, em breve, a um “ambicioso” programa de alienação de empresas públicas angolanas.

“Acho que é uma parceria muito importante para o IGAPE e acredito que também o seja para a Parpública, que tem uma vasta experiência em programas de privatizações. Vamos iniciar em breve um conjunto ambicioso de

privatizações, pelo que acho que é importante colhermos experiências de entidades com mais ângulos nesta actividade, para ver se o nosso programa tem o maior sucesso possível”, afirmou.

Questionado sobre quando arranca o processo, uma vez que a Assembleia Nacional aprovou a nova Lei das Privatizações a 21 de fevereiro, Valter Barros indicou que tudo depende da publicação oficial do diploma.

“Estamos à espera da publicação da lei para arrancar com o programa. A antiga Lei das Privatizações não previa alguns modelos de privatizações que a atual lei prevê (como a alienação em bolsa) e o Governo achou por bem arrancar com este programa com a publicação da nova lei”, explicou.

Valter Barros salientou também não poder avançar uma estimativa sobre o que o Estado angolano poderá arrecadar, uma vez que a lista de empresas a alienar “ainda não está fechada”.

“Fizemos uma pré-seleção, trabalho que foi feito com as nossas equipas. Temos também uma parceria com o Banco Mundial que nos vai ajudar a fazer um novo filtro e avaliar as empresas uma a uma, escolher o modelo de privatizações, o percentual de capital a privatizar e tudo o resto. Há aqui um trabalho que tem de ser feito antes de se tomar as decisões que os jornalistas querem saber”, indicou.

Por seu lado, também à Lusa, o presidente da Parpública, Miguel Cruz, referiu que o IGAPE solicitou o apoio técnico de assessoria no processo de privatizações em Angola tendo em conta a “experiência já longa”, iniciada em 2000.

A 20 de Novembro de 2018, o presidente da Bolsa da Dívida e de Valores (BODIVA) angolana, Patrício Vilar, assegurou à Lusa que Angola “está preparada para começar” o Programa de Privatização em Bolsa (PPB) definido pelo Governo.

Angola introduziu, em 1994, uma legislação sobre privatizações para aumentar a eficiência e competitividade da indústria do país, nacionalizada após a independência.